

**Mário Nogueira**

Foi importante a entrevista ao ministro da Educação no Telejornal de dia 12 de setembro. Não pelas propostas que revelou ter para resolver os problemas das escolas e dos professores, mas precisamente pela sua falta. Para quem lida de perto com os responsáveis do ME, não foi novidade, só que, desta vez, todo o país pôde ver e ouvir.

Não, senhor ministro, não faltam professores a sul por não haver cursos que os formem nas instituições de Lisboa, Setúbal, Alentejo e Algarve, mas porque faltam apoios que permitam, a quem é colocado naquelas regiões, viver em condições dignas e, em alguns casos, sobreviver. Tendo em conta o custo de vida, em particular nas regiões de Lisboa e Algarve, muitos professores teriam de pagar para trabalhar ou, então, ocupar o seu pouquíssimo tempo livre com outras atividades remuneradas, arrendar as suas próprias casas para poderem pagar a que arrendam, passando a família, cônjuge e filhos, a viver em casa de pais e avós.

Não, senhor ministro, não é, como afirmou há alguns dias, por as mulheres hoje chegarem a cargos de chefia noutras áreas que passaram a faltar professores nas escolas.

Não, senhor ministro, não será com a abertura de mais cursos no Sul do país que se resolverá a falta de professores nessa enorme região do país. É que já existiram muitos cursos nas instituições formadoras daquela região, mas foram acabando por falta de candidatos. Houve, até, casos em que não houve qualquer candidato.

O que está a levar à situação que vivemos é a falta de medidas de valorização da profissão docente; é a falta de vagas para os mais jovens que se mantiveram ocupadas por um corpo docente que em 15 anos envelheceu mais de dez anos, devido ao aumento da idade da aposentação; é a desorganização da carreira docente com sucessivos roubos de tempo de serviço; são as condições de trabalho dos

professores, com a imposição de horários que violam brutalmente os limites legais estabelecidos; são as colocações longe da área de residência sem que exista qualquer apoio como acontece com os profissionais de outros ministérios (Saúde ou Justiça, por exemplo) e como, por diversas vezes, foi prometido pelos governos, incluindo os que integraram o atual ministro.

É claro que o senhor ministro pode, com razão, apontar o dedo a outras equipas ministeriais, a outros governos e a outros partidos por desvalorizarem o problema, mas lembra-se do seu silêncio quando, na qualidade de secretário de Estado, se sentava ao lado do ministro que afirmava que a falta de professores era um problema pontual ampliado e explorado por sindicatos e alguma comunicação social?

Formar professores em dois anos? Que professores? Profissionalizando, nesses dois anos, quem escolheu não ser professor, mas agora concorreu à contratação de escola, dando aulas como professor não profissionalizado? E quem lhe garante que esses diplomados pretendem ser professores profissionalizados? Alguns ficarão, mas não a maioria, e muitos não aguentam sequer um mês de contrato, saindo quando percebem o que é ser professor.

Quanto aos quartos que o senhor ministro parece considerar alojamento adequado para os professores que são colocados longe da família, esperamos não o encontrar, um dia destes, numa qualquer loja da Decathlon, a negociar uma encomenda de tendas a preços baixos... Senhor ministro, os professores devem ser respeitados e o respeito também passa pelo direito a uma habitação digna e a apoios efetivos a quem se encontra deslocado da área da residência.

A entrevista a que o país assistiu foi importante, pois confirmou que no Ministério da Educação não há propostas nem vontade política para resolver os problemas das escolas, dos alunos e dos professores. Tal só acontecerá se toda a comunidade educativa lutar pelo futuro. Da parte dos professores, pela responsabilidade que assumem na escola, a luta continuará pela valorização da sua profissão e da escola pública.

Secretário-geral da Fenprof